



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE
PESQUISA
COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS
ACADÊMICOS E DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**



**PROGRAMA DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA PIBIC/PIBITI/PIBIC-
AF/PIVIC/PIVITI**

Título do projeto

Políticas de Acesso e Permanência à Educação Superior: os impactos do SISU e das políticas de cotas no contexto de inclusão na Universidade Federal da Paraíba

Título do Plano

Políticas de permanência para a educação superior e as contribuições dos programas acadêmicos e de assistência estudantil para estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Orientadora

Prof. Dra. Edineide Jezine Mesquita Araújo
Departamento de Metodologia da Educação -
DME

Discente

Sânya Teles Barbosa
Pedagogia - Educação do Campo
Centro de Educação - CE

João Pessoa, 8 agosto de 2018

RESUMO

O relatório apresenta os resultados e as discussões da pesquisa intitulada “Políticas de permanência para a educação superior e as contribuições dos programas acadêmicos e de assistência estudantil para estudantes em situação de vulnerabilidade social”. Desenvolvida sob o financiamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica-PIBIC/CNPQ/UFPB 2017/2018, no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Superior e Sociedade - GEPESS. Teve como objetivo analisar as políticas de permanência no âmbito da UFPB iniciada Pós-LDB, lei 9.394/96 e da implantação do Sistema de Seleção Unificada-SISU e Políticas de Cotas, a partir da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-REUNI, com foco na política de assistência estudantil e nas demandas dos sujeitos em situação de vulnerabilidade social, tendo em vista o perfil do ingresso a partir das referidas políticas. Assim como, analisar a permanência de alunos pré-concluintes e concluintes dos cursos Pedagogia e Direito na UFPB Campus I, cursos considerados de baixo e alto prestígio social no mercado de bens simbólicos. O estudo teve como fundamentação teórica os estudos desenvolvidos pelos pesquisadores da Rede Nacional de Pesquisa Universitas/Br, a abordagem de caráter qualitativa, exploratória e analítica apoiada em dados estatísticos. A análise dos dados se fez sob a luz do teórico Bourdieu tendo como categoria principal o capital simbólico. Foi aplicada a Escala de avaliação da permanência na educação superior. Conclui-se que a experiência dos estudantes está marcada por sua origem socioeconômica. E as contribuições do programa de assistência estudantil para a permanência dos estudantes nos cursos pesquisados não são favoráveis pelo fato de que a maioria não se sente contemplada. De modo geral, a avaliação dos estudantes em relação aos cursos é parcialmente positiva.

ABSTRACT

The report presents the results and discussions of the research entitled "Permanence policies for higher education and the contributions of academic programs and student assistance to students in situations of social vulnerability". Developed under the auspices of the Institutional Program of the Scientific Initiation Grant Program (PIBIC / CNPQ / UFPB / UFPB 2017/2018), within the framework of the Group for Studies and Research in Higher Education and Society - GEPESS. The purpose of this study was to analyze the policies of permanence in the scope of the UFPB initiated Post-LDB, law 9.394 / 96 and the implementation of the Unified Selection System-SISU and Quotas Policies, based on the Restructuring and Expansion of Federal Universities-REUNI, focusing in the student assistance policy and in the demands of the subjects in situations of social vulnerability, in view of the profile of the entry from the said policies. As well as analyzing the permanence of pre-final and final students of the Pedagogy and Law courses at UFPB Campus I, courses considered of low and high social prestige in the market of symbolic goods. The study was based on theoretical studies developed by the researchers of the National Research Network Universitas / Br, the qualitative, exploratory and analytical approach supported by statistical data. The analysis of the data was made under the light of the theorist Bourdieu having as main category symbolic capital. The Scale for evaluation of permanence in higher education was applied. It is concluded that the students' experience is marked by their socioeconomic origin. And the contributions of the student assistance program to the students' stay in the courses studied are not favorable because most do not feel contemplated. Overall, students' assessment of courses is partially positive.

INTRODUÇÃO

O relatório apresenta os resultados da pesquisa intitulada “Políticas de Acesso e Permanência à Educação Superior: os impactos do SISU e das políticas de cotas no contexto de inclusão na Universidade Federal da Paraíba” PIBIC/CNPq/UFPB; 2017/2018, no que se refere

ao Plano de Trabalho intitulado “Políticas de permanência para a educação superior e as contribuições dos programas acadêmicos e de assistência estudantil para estudantes em situação de vulnerabilidade social”. A pesquisa é desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Superior e Sociedade – GEPESS e do Núcleo de Estudos e Pesquisas na Educação Superior – NEPESS, Centro de Educação (CE) - Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em conformidade com o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPQ/UFPB).

A pesquisa tem como objetivo analisar as políticas de permanência no âmbito da UFPB, considerando o processo de expansão da educação Superior, o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI e as políticas públicas de inclusão social, no que se refere à reserva de vagas. O foco específico, nesse conjunto, são os Programas de Assistência Estudantil e os Programas Acadêmicos, no sentido de analisar como estes programas pautam a permanência, principalmente, de sujeitos em situação de vulnerabilidade social, tendo em vista a mudança de perfil socioeconômico do ingresso a partir das políticas de expansão do acesso associada às políticas de cotas (CASTELO BRANCO, NAKAMURA, 2013).

Nessa perspectiva, questionam-se quais as políticas que promovem a permanência de sujeitos em situação de vulnerabilidade, ingressos especialmente pelas políticas de cotas e/ou outros ingressos pelo SISU, que estão sendo oferecidas pela UFPB? Considerando o acesso a cursos de baixo e alto prestígio social qual o perfil socioeconômico dos ingressos por políticas de cotas? Para a discussão das questões de pesquisa, a fundamentação teórica pauta-se nos pensamentos do teórico Pierre Bourdieu (2015); nos estudos desenvolvidos pelos pesquisadores da Rede Nacional de Pesquisa Universitatis/Br, em específico o Eixo 5 Acesso e Permanência da Educação Superior, o qual realizam estudos acerca da categoria permanência, no contexto das políticas de cotas para negros, indígenas, pessoas com deficiências e advindos de escolas públicas, sujeitos estes que possuem características de vulnerabilidade social e propensos à evasão (NAKAMURA, CASTELO BRANCO e JEZINE, 2016).

Assim, ao considerar o processo de expansão das universidades federais, sobretudo o processo de expansão da UFPB; a mudança de perfil socioeconômico dos ingressos o texto busca analisar as condições de permanência de estudantes pré-concluintes e concluintes nos cursos de Pedagogia e Direito, estes considerados cursos de baixo e alto prestígio social no mercado de trabalho e no mercado de bens simbólicos ao caracterizar o perfil socioeconômico dos sujeitos ingressos e a contribuição dos Programas Acadêmicos e Programas de Assistência Estudantil para a Permanência de sujeitos em condições de vulnerabilidade social, considerando os objetivos específicos do Plano de Trabalho:

Analisar as políticas de permanência no âmbito da UFPB, relacionando com o perfil do ingresso a partir da implantação do SISU e políticas de cotas, a fim de reconhecer percentuais de ingresso de sujeitos em situação de vulnerabilidade social;

Analisar o ingresso por área de conhecimento e/ou cursos de alto e baixo prestígio social de ingressos por políticas de cotas;

Analisar a oferta de programas acadêmicos e de assistência estudantil que possam favorecer a permanência e a conclusão do curso de sujeito em situação de vulnerabilidade social;

Reconhecer a partir do perfil socioeconômico as condições para a permanência e conclusão de cursos de sujeito ingressos por cotas em cursos de baixo e alto prestígio social.

MATERIAIS E MÉTODOS

A abordagem da pesquisa para o tema da permanência de ingressos em situação de vulnerabilidade social na educação superior tem caráter qualitativo, exploratório e analítico apoiada em dados estatísticos que buscam traçar o perfil socioeconômico dos ingressos nos cursos e as respectivas condições de permanência. A análise dos dados se fará sob a luz do teórico Bourdieu (2015), tendo como categoria principal o conceito de capital simbólico, o qual se configura como recurso ou poder que se manifesta em uma atividade social, que pode identificar os agentes no espaço social.

Como procedimento metodológico para o conhecimento e análise da temática adota-se como tipologia a pesquisa descritiva que segundo (GIL, 2002, p.42) “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Nesse sentido, a escolha dos cursos Pedagogia e Direito no campo relacional de análise é assimilado como cursos de baixo e alto prestígio social, respectivamente, no campo do mercado de trabalho, ou seja há uma valorização e desvalorização alcançada no campo do capital de bens simbólicos e que se expressão a partir das escolhas, do contexto sócio cultural do sujeito e do valor pago ao trabalho do profissional.

Na perspectiva de compreender quais os fatores que contribuem para a permanência em cursos superiores, foi aplicada a Escala para Avaliação da Permanência Discente (NAKAMURA, CASTELO BRANCO, JEZINE, 2016) que assim definem o instrumento.

O instrumento de coleta de dados consiste, portanto, de um questionário elaborado pelos autores e é composto por itens que visam traçar o perfil do estudante cujas respostas são variáveis do tipo nominais, ordinais e escalares, e por itens que visam avaliar a permanência, elaborados com escalas do tipo Likert. As variáveis escolhidas para o perfil do estudante são: idade, sexo, cor/raça, estado civil, tipo de escola em que cursou o ensino fundamental, tipo de escola em que cursou o ensino médio, turno em que cursou o ensino médio, ano em que concluiu o ensino médio, renda familiar, trabalho remunerado, ocupação do pai, ocupação da mãe, profissão do pai, profissão da mãe, nível de instrução do pai, nível de instrução da mãe, desempenho escolar, frequência a cursinho pré-vestibular e dificuldade de acesso ao ensino superior. (CASTELO BRANCO, NAKAMURA & JEZINE, 2016).

As proposições consistem de afirmações e as respostas são dadas sob a forma de escalas do tipo Likert, muito utilizadas para mensurar atitudes e comportamentos, que carecem de ação, o que dificulta a sua métrica. Então, são atribuídos números a parâmetros descritores de objetos, ou acontecimentos ou situações, de acordo com certa regra (Kaplan, 1975, p. 182). Likert (1976, *apud* SANCHES, MEIRELES & DI SORDI, 2011, p. 2) afirma que o instrumento de medida proposto por ele pretende “verificar o nível de concordância do sujeito com uma série de afirmações que expressem algo favorável ou desfavorável em relação a um objeto psicológico”.

Em atendimento aos objetivos, adotado a partir da aplicação da Escala para Avaliação Discente (NAKAMURA, CASTELO BRANCO, JEZINE, 2016), foi aplicado presencialmente a 40 estudantes pré-concluintes e concluintes dos cursos Pedagogia e Direito. Especificamente, 20 alunos do curso de Pedagogia, turnos manhã, tarde e noite e 20 do curso de Direito, turnos manhã e noite da UFPB Campus I, responderam a Escala no período de 02 a 13 de abril de 2018, em que o objetivo foi reconhecer as características que possam constituir o perfil socioeconômico dos estudantes pré e concluintes, conseqüentemente que permaneceram nos cursos, bem como os fatores motivadores para a permanência e conclusão de cursos superiores.

DISCUSSÕES

A compreensão sobre as políticas de permanência para estudantes em situação de vulnerabilidade social, em cursos superiores, implica no entendimento conceitual sobre o termo “permanência”. Segundo (SANTOS, 2009, p. 67) “permanência, em seu significado, carrega um legado filosófico intrinsecamente vinculado ao sentido da essência do ser. O senso comum atribui à permanência uma noção de conservação ou *mesmice*”.

Nesse sentido, entende-se que no campo da Filosofia a permanência é compreendida

como “duração e transformação”, um ato de durar no tempo, de modo geral é o que permite através de um espaço, dialógico, trocas de experiências e a transformação de cada ser. Nessa perspectiva, não existe um conceito definido acerca da categoria em questão, pois, conforme Castelo Branco (2017), a permanência ainda se apresenta em processo incipiente. E conforme Zago, (2006); Catani; Hey; Gilioli, (2006); Felicetti; Morosini, (2009) e Castelo Branco; Jezine (2013), apud Jezine, 2018 elucidar permanência necessita de novas investigações que ampliem a estrutura teórica para uma compreensão mais consistente sobre os indicadores que compõe esta categoria.

A problemática da permanência em cursos superiores constitui-se relevante pela constatação da mudança do perfil social, econômico e cultural de maior número de sujeito ingressos em instituições federais, em específico, no âmbito da Universidade Federal da Paraíba, como demonstra a pesquisa realizados por Jezine, Castelo Branco e Nakamura (2015), em que ao analisarem o perfil socioeconômico do ingresso em um período de 2007 a 2012, antes e depois da implantação das políticas de cotas constatam o maior ingresso de sujeitos de baixa renda, com pais de baixa escolaridade, autodeclarados negros e/ou pardos e advindos de escola pública após as adoção das políticas de cotas.

A mudança de perfil já constatada, no âmbito do processo de expansão de cursos e vagas na UFPB, precisamente, a partir Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e do Sistema de Seleção Unificado (SISU), que tratam, respectivamente, da expansão e da forma de ingresso em universidades federais (UF) na permanência do estudante nessas instituições de educação, o que gera a necessidade de uma políticas voltada a minimização dos índices de evasão e a permanência com vistas à conclusão do curso.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES

O PNAES é uma política de assistência estudantil que objetiva responder as demandas de evasão e permanência provocadas pela expansão de matrículas. A política insere-se no âmbito da expansão da educação superior e objetiva minimização da evasão e a promoção da permanência em cursos superiores e destina-se aos sujeitos em situação de vulnerabilidade social. Na UFPB vêm sendo administrado e amparado legalmente pela Pró- Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante - PRAPE. Ainda, não caracterizada como política de Estado, pois o marco legal atual de regulamento é o Decreto nº 7.234/2010, que apresenta os seguintes objetivos:

Art. 2º. São objetivos do PNAES: I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III – reduzir as taxas de retenção e evasão; e; IV – contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010a).

A PRAPE é subordinada à Administração Superior da Reitoria, criada no ano de 2010, por meio da Resolução nº 29/2010 do COSUNI, tem os seguintes órgãos vinculados: Secretaria Executiva e Gabinete; Coordenação de Assistência e Promoção ao Estudante - COAPE e a Superintendência dos Restaurantes Universitários - SRU. Frente à UFPB tem como função, planejar, coordenar e controlar as atividades de assistência e promoção ao estudante, visando, sobretudo a sua permanência nos cursos de graduação presencial da Universidade Federal da Paraíba. Para tanto, destacam-se como área de atuação do Programa de Assistência Estudantil: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, creche, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, apoio pedagógico, inclusão digital, cultura e esporte.

Os benefícios ofertados por área de atuação do PNAES aos alunos de toda comunidade acadêmica da UFPB, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, cumprem um papel

importante para a sua permanência na instituição de ensino.

No que se refere à área de atuação Desporto, Artístico e Inclusão Digital – DAID, o PNAES lança no final do ano de 2017, por meio do Edital nº 24/17, um programa que atende a essa área antes não assistida, que visa proporcionar aos estudantes em condições financeiras para sua permanência e desempenho acadêmico satisfatório, estimular por meio de manifestações artísticas, desportiva e de inclusão digital a integração ao meio acadêmico.

Nesse conjunto é mister entender como o PNAES, como um Programa de Assistência Estudantil atende aos alunos ingressos por políticas de cotas? E como este Programa vem contribuindo para a permanência?

A oferta de programas acadêmicos e de assistência estudantil que podem favorecer a permanência e conclusão do curso.

Embora os programas acadêmicos de pesquisa e extensão não sejam considerados uma política voltada à permanência, as pesquisas de Jezine, Felinto e Barbosa (2017) apontam que as mesmas possuem fatores que contribuem para a permanência e minimização da retenção do alunado no ensino superior. A análise dos Programas acadêmicos (PIBIC/AF/CNPQ, PIBIC/CNPQ, PIBIC/UFPB, PIVIC/UFPB, PIVITI/UFPB), analisados pelas autoras no âmbito da UFPB, quanto a relação demanda e oferta, indica que os alunos ingressos em Programas Acadêmicos possuem maior probabilidade de permanência e concluir o curso superior, fato evidenciado a partir do alto índice de conclusão dos projetos, ou que fazem com que as autoras possam inferir que a inserção de alunos em Programas Acadêmicos, na vida acadêmica institucional pode se constituir em um grande contributo.

Como relação aos Programas de Assistência estudantil, a pesquisa de Macedo (2017) constata que a demanda de solicitações de auxílio apresenta-se superior às concedidas, ocasionando um significativo indeferimento, o que nos faz inferir que o alcance ao auxílio de assistência estudantil ainda é restrito a população estudantil em situação de vulnerabilidade social.

Macedo (2017) apresenta o quantitativo de solicitações, indeferimento e concessões de benefícios ofertados pelo PNAES. Os benefícios mais solicitados referem-se a garantia mínima de caráter de subsistências, disposto através dos benefícios de auxílio-moradia, auxílio-alimentação e restaurante universitário.

É oportuno ressaltar os critérios adotados pela PRAPE para que o pedido seja aceito e o auxílio concedido, a condição de comprovação de pobreza extrema podem contribuir para dificultar a concessão do benefício aos estudantes que solicitam.

Não se pode negar a contribuição da assistência estudantil para a permanência dos estudantes, principalmente os ingressos por políticas de cotas, em cursos de ensino superior, tais efeitos são apontados por Macedo (2017), ao assinalar que as ações da assistência estudantil possibilitam o êxito nas obrigações acadêmicas de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, com reflexo nos índices de aprovação.

A partir do trabalho de Macedo (2017) é possível inferir que a permanência dos estudantes que ingressaram pelas políticas de cotas, em parte depende da existência de políticas sociais que atendam às respectivas demandas destes, durante o processo de formação acadêmica.

No caso da UFPB, a priori, verificamos que discentes atendidos pelo PNAES têm permanecido em cursos de Graduação. Para tanto, 96% dos discentes que ingressaram pelo sistema de cotas e que foram atendidos pelo PNAES permanecem nos cursos de Graduação, comprovando a relevância do PNAES quanto aos seus objetivos, em especial reduzir os índices de evasão na educação superior. Nesse sentido, o PNAES como uma política de permanência vem atingindo seus objetivos, pois a partir da promoção da assistência estudantil mais alunos permanecem em cursos superiores, diminuindo assim a possibilidade de evasão. Todavia, o dado merece estudos mais aprofundados acerca da relação permanência e sucesso, bem como o desempenho de sujeitos cotistas, atendidos pelos Programas de Assistência Estudantil.

Com efeito, ressalta-se a importância de aprofundar as discussões acerca das políticas de permanência no ensino superior no contexto das desigualdades sociais para uma melhor apreensão sobre a problemática permanência.

O ingresso em curso de baixo e alto prestígio social e as condições para a permanência e conclusão dos cursos de Pedagogia e Direito.

A importância de traçar o perfil socioeconômico dos estudantes ingressos por políticas de cotas a partir de um conjunto de variáveis objetivas que podem qualificar o indivíduo ou um grupo social, torna-se fundamental para o reconhecimento do nível socioeconômico. Nos estudos de Bourdieu (2015) é acentuada a dimensão da origem social dos alunos que se constitui em desigualdades escolares, as quais reproduzem o sistema objetivo de posições e de dominação.

Para o teórico o conceito “capital” na análise social não faz referência apenas a forma econômica, mas sobretudo a forma cultural e social. No que tange essas vantagens culturais e sociais que o indivíduo e família possuem podemos analisar as condições dos estudantes dos cursos considerados de baixo e alto prestígio social Pedagogia e Direito da instituição Universidade Federal da Paraíba.

A análise na dimensão permanência, dados obtidos por meio da Escala para Avaliação da Permanência Discente (NAKAMURA, CASTELO BRANCO, JEZINE, 2016), percebe-se que os fatores institucionais, como o Programa de Assistência Estudantil de bolsa de estudos nos cursos de Pedagogia e Direito não têm relevância para a permanência no curso, pois 75% dos estudantes de Pedagogia discordam parcialmente/totalmente, e de Direito 80%, isso quer dizer que continuam no curso, independentemente de estarem inseridos em Programa de Assistência Estudantil. Podemos, portanto, inferir que seja pelo fato de que a maioria não se sente contemplada.

De modo geral, os resultados apontaram que os alunos de Pedagogia encontram-se satisfeito com o curso 85%, e parcialmente satisfeito os do curso de Direito 60%.

Farias (2018) indica em sua pesquisa um processo de desconhecimento por parte dos discentes os objetivos da política de assistência estudantil limitando ao apoio financeiros de programas de alimentação, transporte e moradia, o que faz com que não tenham conhecimento dos serviços institucionais que viabilizam de maneira mais efetiva a sua permanência na instituição de ensino superior. A falta desse conhecimento dos alunos pode está associada à mínima divulgação dos programas, por parte da PRAPE, à comunidade acadêmica.

Um dado relevante para pensar a permanência diz respeito a perspectiva profissional em ambos os cursos, os sujeitos em um total de 75% e 90%, respectivamente dos cursos de Direito e Pedagogia são favoráveis ao curso em relação à empregabilidade no mercado profissional. A avaliação dos estudantes concluintes e pré-concluintes em relação aos cursos pesquisados, é parcialmente positiva, uns pela identificação com o curso (Pedagogia) outros pelo alto prestígio social (Direito).

Bourdieu (2015) explica que é necessário capital econômico para o sujeito subsidiar a obtenção de um capital cultural mais elevado, desde que façam parte das estratégias familiares. Todavia, questiona-se como permanecer na instituição com poucos recursos familiares para manutenção da herança cultural?

A origem escolar é um dado importante, porque é um requisito para o acesso a partir das políticas de inclusão social e poderá ser um sinalizador do capital cultural reconhecido como um conjunto de conhecimentos prévios, ao considerar as artes, como a música, dança, pintura, escultura, teatro, literatura, cinema e fotografia, conhecimentos políticos em geral como nacionais e internacionais, história, geografia, leitura de jornais, revistas, conhecimentos apropriados pelos alunos e que tornam eficazes na ação pedagógica e/ou seu sucesso no ensino superior, campo universitário.

Com relação aos aspectos econômicos a pesquisa demonstra que a renda familiar influencia no acesso dos sujeitos a cursos de alto prestígio social. O acesso aos bens culturais, desde a família ao processo de escolarização, desde o Ensino Fundamental ao Médio demonstra, teoricamente, que esses sujeitos possuem mais condições de ingresso em cursos considerado de maior status social, tanto no mercado como na sociedade. Todavia, o acesso ou não aos bens culturais tem gerado diferenças sociais, que precisam ser minimizadas.

O ingresso em cursos superiores, a partir das políticas de cotas, tem como critério a

origem escolar é um dado importante, porque é um requisito para o acesso a partir das políticas de inclusão social e poderá ser um sinalizador do capital cultural reconhecido como um conjunto de conhecimentos prévios, a considerar as artes, como a música, dança, pintura, escultura, teatro, literatura, cinema e fotografia, conhecimentos políticos em geral como nacionais e internacionais, história, geografia, leitura de jornais, revistas, conhecimentos apropriados pelos alunos e que tornam eficazes na ação pedagógica e/ou seu sucesso no ensino superior, campo universitário.

No que tange à trajetória escolar e as dificuldades durante a permanência no ensino, segundo Xypas (2014), Bourdieu e Passeron (1970) defendiam a ideia de que a chance do estudante de classe alta obter o sucesso é maior do que o estudante da classe popular, isso por que o sistema escolar reproduz as desigualdades sociais.

Para Bordieud (2015) a posse do capital cultural contribui para o desempenho escolar na medida em que facilita a aprendizagem dos conteúdos e códigos escolares. É evidenciado no Brasil o vasto acesso de capitais, como cultural, linguístico e social que é ofertado à classe social favorecida. A escola não é neutra, na verdade as chances são desiguais, alguns estariam numa condição mais favorável do que outros para atenderem as exigências, muitas vezes implícitas da escola. “[...] os mecanismos de eliminação agem durante todo o *cursus*, é legítimo apreender o efeito desses mecanismos nos graus mais elevados da carreira escolar”. (BOURDIEU 2015, p 45).

Xypas (2014) defende a Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth em 1992, propõe três tipos de reconhecimentos: o amor, que permite ao sujeito uma confiança em si; o direito, desenvolvido numa relação de autorrespeito e, a solidariedade, a pessoa é reconhecida como digna de estima social. O sucesso escolar de alunos de origem popular sob o olhar da teoria do reconhecimento social não é um fator de sobrevivência, portanto, uma explicação que se fundamenta pelo o esforço humano.

O sucesso de sujeitos com possibilidades de fracasso, nesse sentido é explicado pela Sociologia do Improvável, o que faz de alguns filhos de pais de origem popular e analfabetos ou com baixa escolarização aprenderem a obter o sucesso no âmbito escolar e a lutar pelo reconhecimento.

RESULTADOS

A caracterização do perfil dos ingressos cotistas na UFPB apresenta particularidades importantes. A representatividade de estudantes em cursos presenciais da universidade ingressos pelo sistema do SISU a partir das políticas de cotas é expressiva e crescente. Em 2012 ingressaram 2.321 cotistas e, em 2017 esse número subiu para 5.636 de ingressantes pelas políticas de cotas, um aumento de 143%. Em 2015 tivemos uma significativa queda de quantidade de discentes cotistas 2.935 e em 2018 de 3.731 cotistas na referida instituição segundo dados da Superintendência Tecnologia da Informação – STI (2018a), conforme o quadro abaixo:

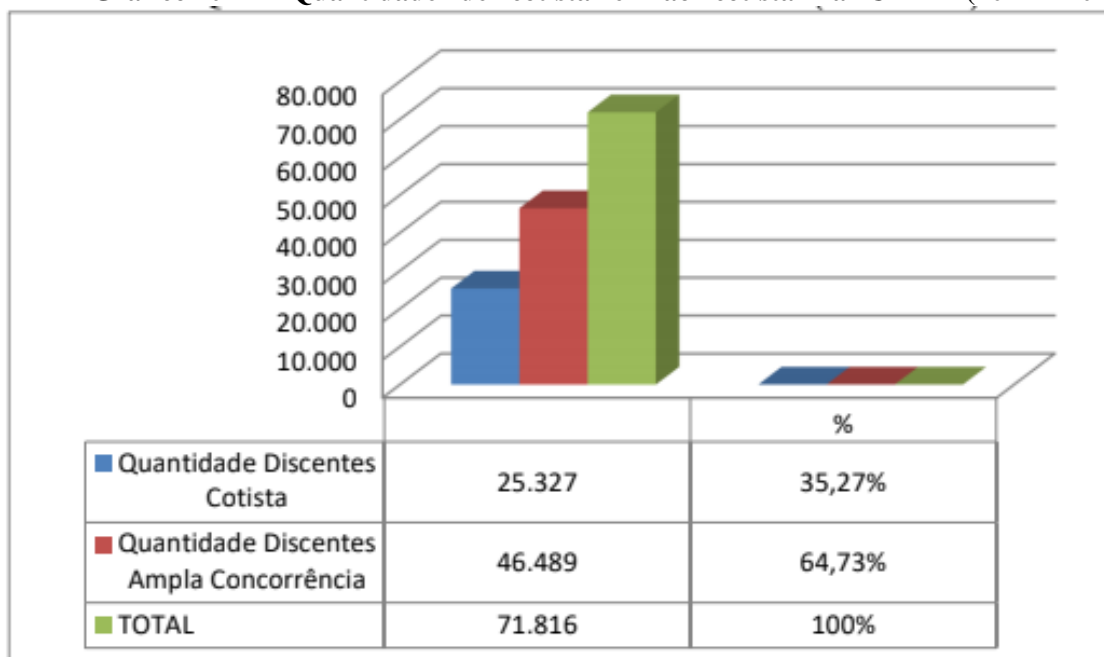
Quadro 1 – Perfil de acesso através das cotas na UFPB (2012-2018).

PERFIS DOS INGRESSANTES COTISTAS NA UFPB	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Candidato autodeclarado preto ou pardo egresso do ensino público que cursou pelo menos três anos do ensino fundamental e todo o ensino médio em escolas públicas.	284	8					
Candidato preto ou pardo, egresso do ensino público.	955	11					
Candidatos autodeclarados pretos ou pardos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas.			19				
Candidatos autodeclarados pretos ou pardos, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).			25				
Candidato indígena, egresso do ensino público.	60		7				
Candidatos autodeclarados indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.			5				
Ingressante de escola pública que se autodeclara pardo, preto ou indígena.		725	936	941	1372	1600	1006
Candidato egresso do ensino público.	768	463	559	490	766	915	581
Candidato egresso do ensino público que cursou pelo menos três anos do ensino fundamental e todo o ensino médio em escolas públicas.	230	1					
Ingressante de escola pública com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo.		560	607	474	796	1108	623
Ingressante de escola pública com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que se autodeclara pardo, preto ou indígena.		1088	1061	874	1318	1805	994
Candidato portador de deficiência, egresso do ensino público.	24	30	8	1		5	132
Candidatos com deficiência.			171	155	168	147	
Ingressante de escola pública com deficiência e renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que se autodeclara pardo, preto ou indígena.						15	142
Ingressante de escola pública com deficiência que se autodeclara pardo, preto ou indígena.						6	147
Ingressante de escola pública com deficiência e renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo.						18	106
Surdos						17	
TOTAL DE INGRESSANTES ATRAVÉS DO SICTEMA DE COTAS	2321	2886	3398	2935	4420	5636	3731

Fonte: Superintendência de Tecnologia da Informação – STI / UFPB (2018a).

Os dados do quadro 01 demonstram a expansão da instituição superior em que se observa o crescimento ao longo dos anos 2012-2018, embora tenha tido algumas oscilações de quantitativo. Assim a finalidade da ação afirmativa políticas de cotas tem sido alcançada uma vez que oferece igual oportunidade de acesso ao público com vulnerabilidade social. Na visão panorâmica podemos verificar o quantitativo de cotista e não cotista nesse período no quadro abaixo.

Gráfico 01 - Quantidade de cotista e não cotista na UFPB (2012- 2018)



Fonte: Superintendência de Tecnologia da Informação – STI / UFPB (2018a).

Na dimensão de ingressantes de discentes na UFPB no período de 2012-2018 foi de total 71.816. Vale destacar que 25.327 foram cotistas uma representatividade de 35,27%, e 46.489, 64,73% não cotista. No entanto, questionam-se quais as políticas que podem favorecer a permanência aos sujeitos em situação de vulnerabilidade social, especialmente pelos ingressos por políticas de cotas?

Para tanto, destacam-se como área de atuação do Programa de Assistência Estudantil: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, creche, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, apoio pedagógico, inclusão digital, cultura e esporte.

Quadro 02 – Áreas atendidas pelo PNAES na UFPB no período de 2017

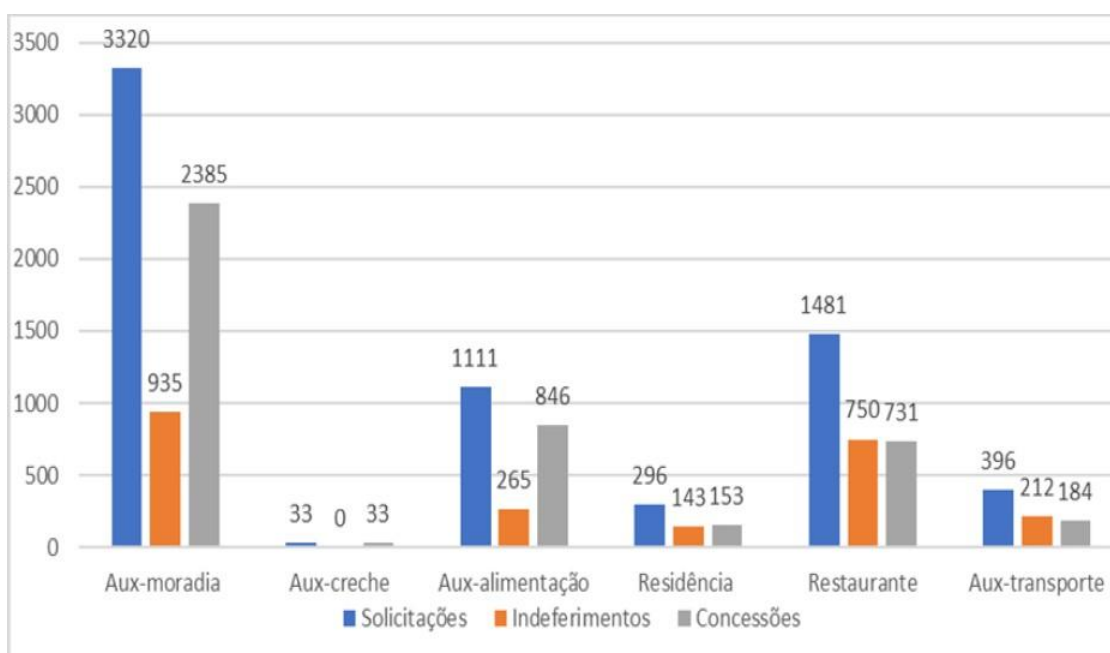
ÁREA DE ATUAÇÃO DO PNAES	BENEFÍCIOS DA UFPB
Moradia estudantil	Residências Universitárias; Auxílio Moradia.
Alimentação	Restaurantes Universitários; Auxílio Alimentação.
Transporte	Auxílio Transporte.
Atenção à saúde	Atendimento Psicológico;
Creche	Auxílio-Creche.
Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e Superdotação.	Programa Bolsa Apoiador.
Apoio pedagógico	Passagens para participação em eventos acadêmicos onde o estudante irá apresentar trabalhos acadêmicos; inscrição para participação em eventos

	acadêmicos.
Inclusão digital	DAID
Cultura	DAID
Esporte	DAID

Fonte: MACEDO, 2017; adaptado pela autora, UFPB 2018a.

De modo que no conjunto dos Programas de Assistência estudantil, buscou-se analisar as solicitações, concessões e indeferimento dos benefícios no período 2012- 2016.2, conforme o quadro abaixo:

Gráfico 02 - Solicitações e Concessões de benefícios do PNAES UFPB/ 2012-2016.2



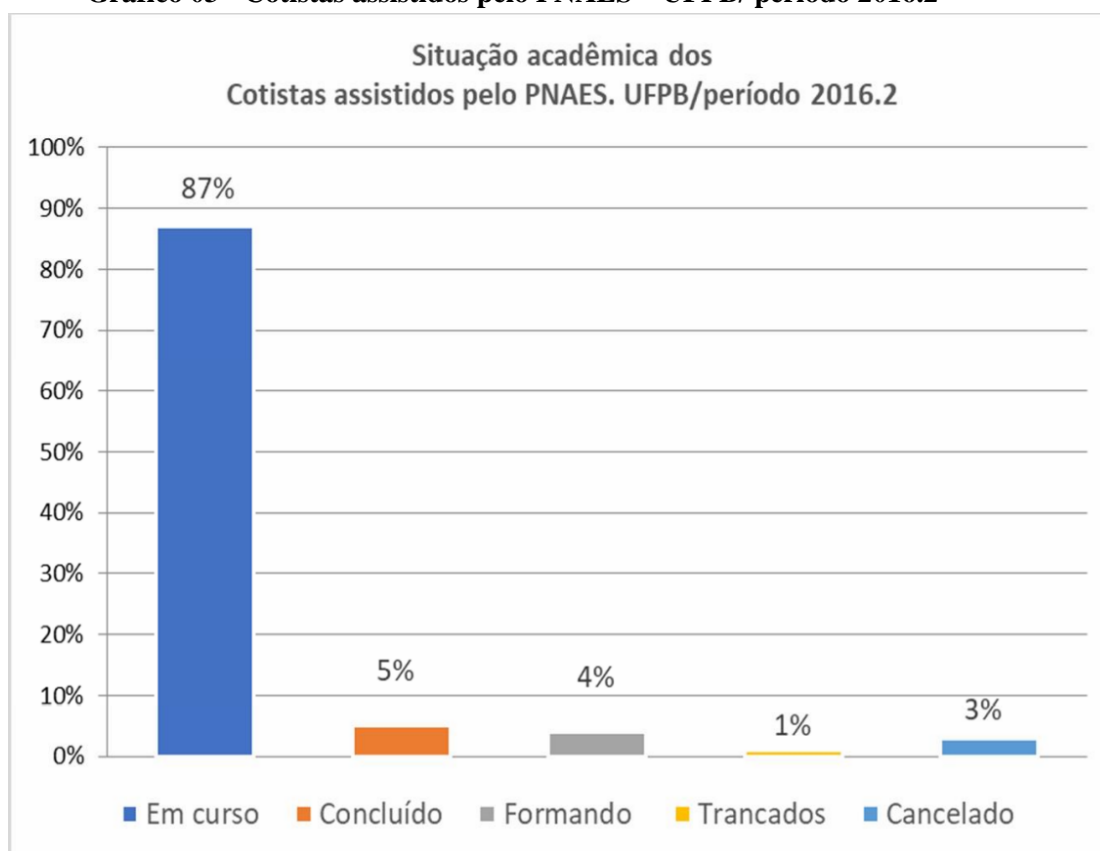
Fonte: MACEDO (2017).

Macedo (2017) apresenta o quantitativo de solicitações, indeferimento e concessões de benefícios ofertados pelo PNAES. Os benefícios mais solicitados referem-se a garantia mínima de caráter de subsistências, disposto através dos benefícios de auxílio-moradia, auxílio-alimentação e restaurante universitário.

O auxílio-moradia, no período em destaque teve 3320 auxílios solicitadas, sendo concedido 2385 auxílios e indeferidos 935. Auxílio-alimentação foram solicitadas 1111 auxílios, concedidas 846 e indeferidas 265. Já no auxílio restaurante foram solicitados 1481 auxílios, havendo uma concessão menor que 50% das solicitações, apenas um total de 731 auxílios.

A partir do trabalho de Macedo (2017) é possível inferir que a permanência dos estudantes que ingressaram pelas políticas de cotas, em parte depende da existência de políticas sociais que atendam às respectivas demandas destes, durante o processo de formação acadêmica. No caso da UFPB, a priori, verificamos que discentes atendidos pelo PNAES têm permanecido em cursos de Graduação, conforme se apresenta no gráfico a seguir:

Gráfico 03 - Cotistas assistidos pelo PNAES – UFPB/ período 2016.2



Fonte: MACEDO (2017).

Podemos verificar no quadro acima que 96% dos discentes que ingressaram pelo sistema de cotas e que foram atendidos pelo PNAES permanecem nos cursos de Graduação, comprovando a relevância do PNAES quanto aos seus objetivos, em especial reduzir os índices de evasão na educação superior.

Os dados da aplicação da Escala para Avaliação da Permanência Discente indicam os fatores institucionais que contribuem para a permanência dos estudantes pré-concluintes e concluintes nos cursos Pedagogia e Direito no quadro a seguir. DP DT* Discordo Parcialmente, Discordo Totalmente; CP CT* Concordo Parcialmente, Concordo Totalmente.

Com efeito, ressalta-se a importância de aprofundar as discussões acerca das políticas de permanência no ensino superior no contexto das desigualdades sociais para uma melhor apreensão sobre a problemática permanência.

Diante a problemática verificamos as contribuições dos fatores institucionais para a permanência dos estudantes pré-concluintes e concluintes nos cursos Pedagogia e Direito no quadro a seguir.

Quadro 03 – Permanência nos cursos Direito e Pedagogia alunos pré- concluintes e concluintes.

Permanência - 20 alunos de Pedagogia e 20 de Direito Pré-	DP DT*	CP CT*
---	--------	--------

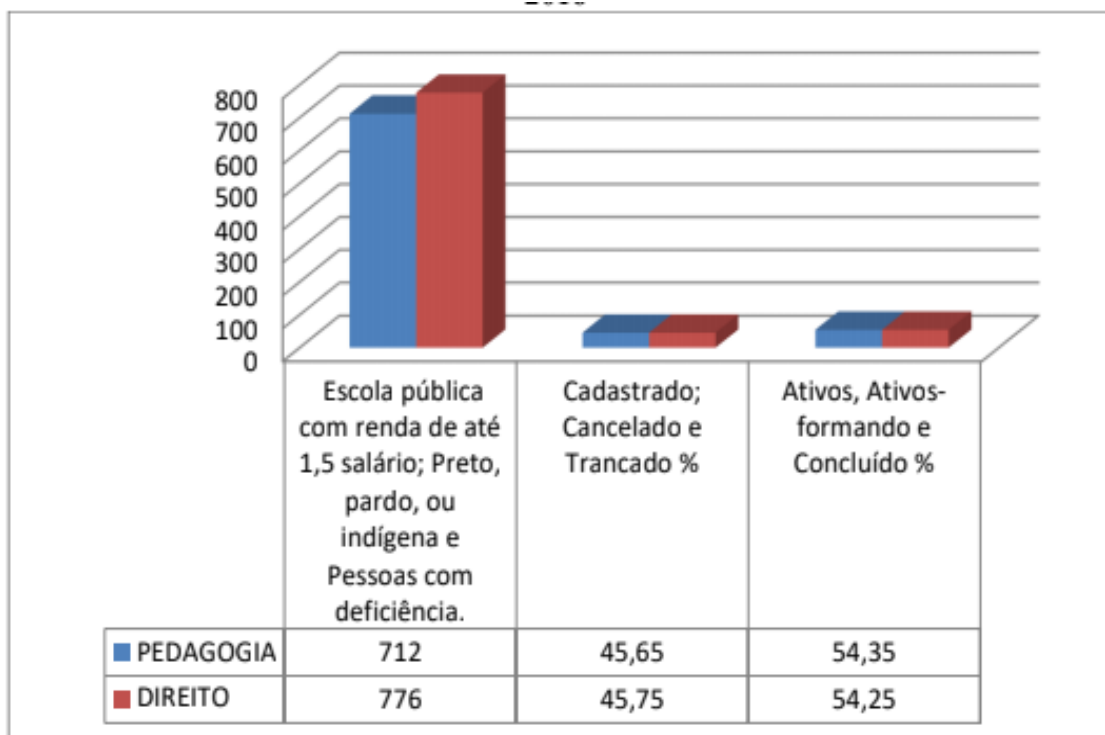
concluintes e concluintes	Pedagogia	Direito	Pedagogia	Direito
Eu continuo no curso porque a família ajuda.	40%	55%	60%	45%
Eu continuo no curso porque estou num programa acadêmico de bolsas de estudo.	70%	90%	20%	5%
Eu continuo no curso porque estou inserido no programa de assistência estudantil.	75%	80%	15%	5%
Eu continuo no curso porque me proporciona boa perspectiva profissional	25%	10%	75%	90%
Eu continuo no curso porque proporcionará minha ascensão social	60%	25%	40%	75%
Os professores do curso motivam o aluno a permanecer e concluir o curso.	40%	75%	60%	25%
De maneira geral, eu estou satisfeito com o curso	15%	40%	85%	60%

Fonte: Resultado do questionário aplicado aos estudantes do curso de Pedagogia e Direito pré-concluintes e concluintes. Período de 02 a 13 abril de 2018.

Na dimensão permanência verificada no quadro 3, dados obtidos por meio da Escala para Avaliação da Permanência Discente (NAKAMURA, CASTELO BRANCO, JEZINE, 2016), percebe-se que os fatores institucionais, como o Programa de Assistência Estudantil de bolsa de estudos nos cursos de Pedagogia e Direito não têm relevância para a permanência no curso, pois 75% dos estudantes de Pedagogia discordam parcialmente/totalmente, e de Direito 80%, isso quer dizer que continuam no curso não por estar inserido no programa.

De modo geral, os resultados apontaram que os alunos de Pedagogia encontram-se satisfeito com o curso 85%, e parcialmente satisfeito os do curso de Direito 60%. Diante a representatividade de 14.580 cotistas ingressos pelo SISU em cursos presenciais da UFPB no período de 2012 a 2016, em que desses, ingressaram 712 alunos no curso de Pedagogia e 776 alunos no curso de Direito, totalizando 1488 alunos. Desse total, no curso de Pedagogia 387 estudantes permanecem ativos, ativos - formando e concluído uma representatividade de 54,35% de permanência, e no curso de Direito dos 776 alunos ingressantes, 421 permaneceram ativos, ativos - formando e concluído no curso um percentual de 54,25%. Conforme o gráfico abaixo:

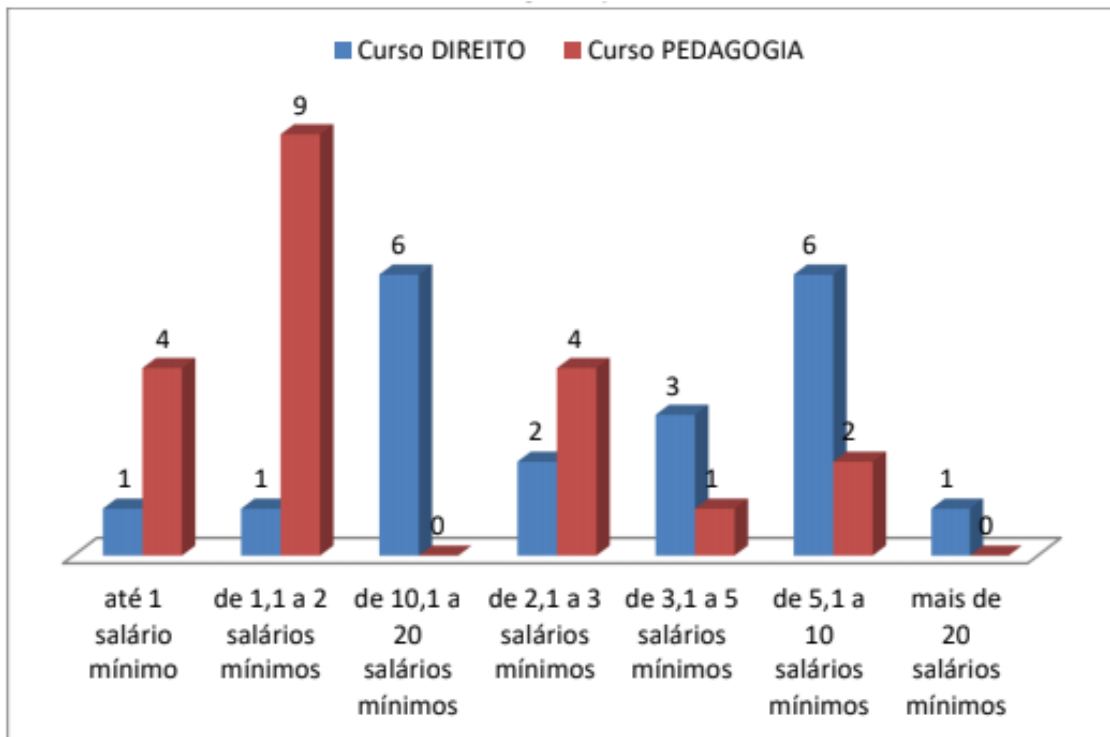
Gráfico 04– Ingressos por políticas de cotas Pedagogia e Direito 2012-2016



Fonte: Superintendência tecnologia da informação – STI/ UFPB (2016).

Os dados mostram que há representatividade positiva de cotistas em uma percentagem de mais da metade dos ingressos no período de (2012-2016) os quais se mantêm ativos, ativos - formando e concluído no ciclo de estudo nos cursos pesquisados. As políticas afirmativas por sua vez experimentadas no Brasil e precisamente nas instituições públicas federais demonstram que estão dando certo, tem atingindo seu objetivo de reconhecer o direito à diferença de tratamento legal para grupos que sofreram (e sofrem) discriminação negativa. Nesse sentido traçar o perfil socioeconômico dos cotistas é imprescindível para reconhecer as contribuições das políticas de permanência no ensino superior para esses sujeitos.

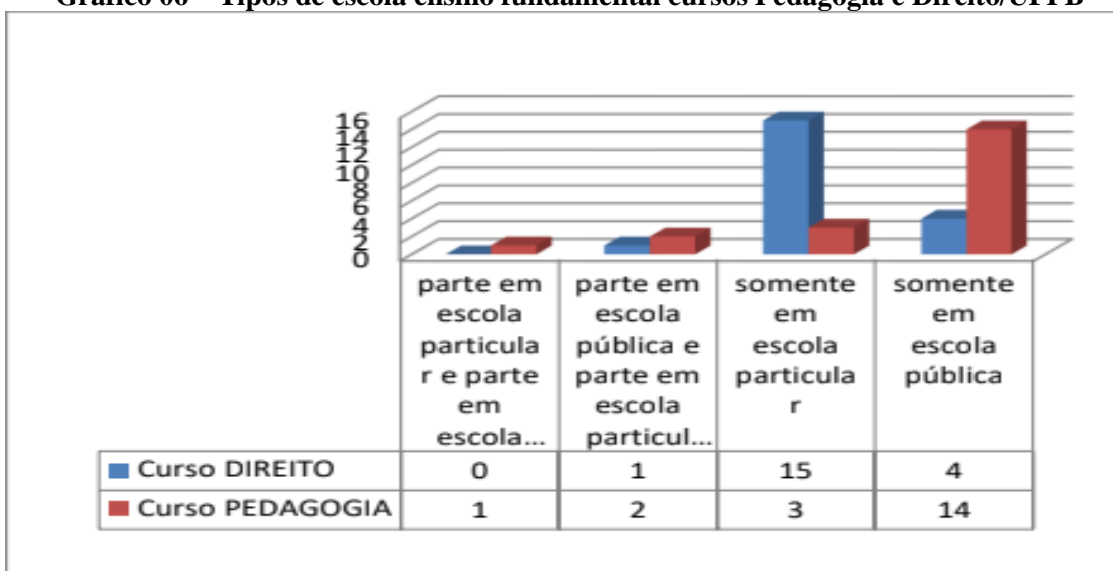
Gráfico 05 – Renda total mensal da família dos estudantes Pedagogia e Direito UFPB.



Fonte: Resultado do questionário aplicado aos estudantes do curso de Pedagogia e Direito pré-concluintes e concluintes. Período de 02 a 13 abril de 2018.

A renda familiar, conforme o gráfico apresentado, não é igual em ambos os cursos. No curso de Pedagogia há predominância da renda familiar de 1 a 3 salários mínimos, enquanto que no curso de Direito há predominância de estudantes com renda familiar acima de 3 salários mínimos, o que confere com o princípio de que quanto maior o capital cultural, maior a possibilidade de acesso a cursos de alto prestígio social.

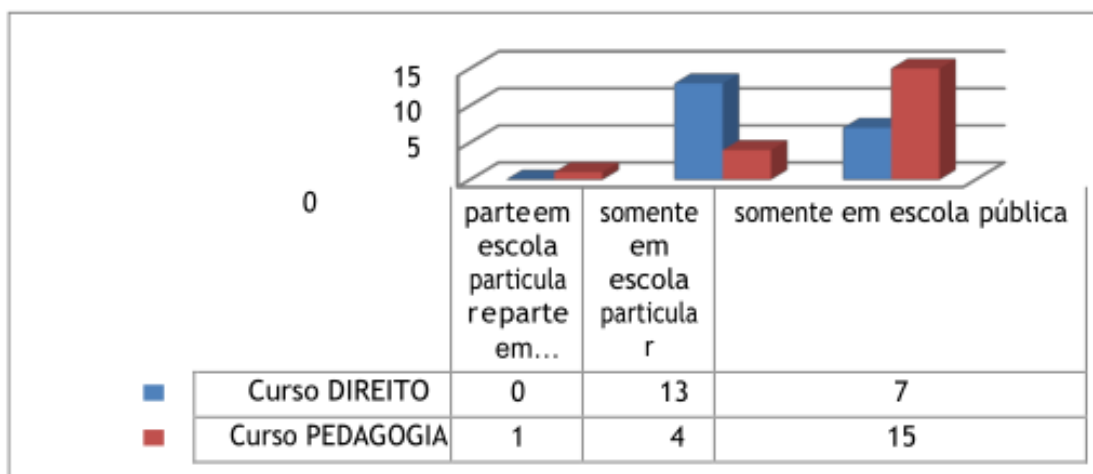
Gráfico 06 – Tipos de escola ensino fundamental cursos Pedagogia e Direito/UFPB



Fonte: Resultado do questionário aplicado aos estudantes do curso de Pedagogia e Direito pré-concluintes e concluintes. Período de 02 a 13 de abril de 2018.

Com relação a origem do ensino educacional, constata-se nos dois cursos, foco da investigação, que a maioria dos estudantes do curso de Pedagogia advém em sua maioria do ensino fundamental de escolas públicas e, sendo predominante aos estudantes do curso de Direito do ensino fundamental a origem escolar de escola particulares.

Gráfico 07 – Tipos de escola ensino médio cursos Pedagogia e Direito/UFPB



Fonte: Resultado do questionário aplicado aos estudantes do curso de Pedagogia e Direito pré-concluintes e concluintes. Período de 02 a 13 de abril de 2018.

Os dados indicam que econômico constituído de bens materiais e econômicos, rendas, assim como de interesses econômicos num determinado momento (BOURDIEU, 2015). Somente em escola particular há predominância, entre os cursos pesquisados, 13 estudantes de Direito e em somente escola pública 15 estudantes do curso de Pedagogia.

CONCLUSÕES

A pesquisa realizada a partir da aplicação da Escala para Avaliação da Permanência Discente nos cursos de Pedagogia (manhã, tarde e noite), e Direito (manhã e noite) com estudantes pré-concluintes e concluintes na UFPB, busca abordar a permanência no contexto da expansão e políticas de acesso sob a perspectiva inclusão de alunos em situação de vulnerabilidade social na educação superior.

Neste sentido buscou-se indicadores para se compreender o processo de permanência de sujeitos em situação de vulnerabilidade social em cursos superiores. Quais os fatores que vem gerando a continuidade desses sujeitos na instituição e/ou curso, considerando o perfil do ingresso a partir da implantação das políticas de cotas.

Foi delimitada no campo da Pedagogia e Direito, pelos indicadores de extremidades dos indicadores socioeconômico, cursos considerados de baixo e alto prestígio social, respectivamente, no mercado de bens simbólicos, agregando sujeitos em condições socioeconômicas antagônicas.

Os dados da pesquisa possibilitou compreender como se deu a permanência no ensino superior de 40 estudantes pré-concluintes e concluintes nos referidos cursos, de modo a se reconhecer os indicadores de capital econômico e cultural adquiridos durante o processo de socialização familiar, escolar e na formação universitária e, de como estes podem colaborar para a permanência dos estudantes em cursos superiores.

Considera-se, portanto, que os dados da pesquisa, que confirmam a importância da política de Assistência Estudantil para a permanência possa ser ampliada e possa contribuir para que os sujeitos ingressantes na universidade, em condição desfavorável sócio e culturalmente possam permanecer e obter o sucesso escolar, entendido como a conclusão do curso e o ingresso no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: 16.ed. Rio de Janeiro:Vozes, 2015.

FARIAS, Leonardo Monte Silva Monteiro de. **Assistência Estudantil No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba/ Campus João Pessoa: Contradições, limites e desafios para a atenção aos estudantes do Ensino Superior**. Dissertação de mestrado profissional. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2018.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JEZINE, Edineide. **Assistência Estudantil e Permanência de Estudantes em situação de vulnerabilidade social em curso de Educação Superior**. CXIX.Anpae.2018.

JEZINE, Edineide; FARIAS, Maria Salete; FELINTO, Jislayne. **Reflexões Sobre “Expansão X Permanência” na UFPB**. Eixo 5 – Acesso e permanência na expansão da educação superior. ANAIS XXVIII Seminário da rede Universitas/ Br. Políticas de Educação Superior no Brasil: a expansão privado-mercantil em questão. Belém/PA, 20 a 23 de maio de 2015. ISSN 2446-612.

MACEDO, Geórgia Dantas. **A Eficácia do Programa de Assistência Estudantil (PNAES) para Permanência dos Ingressantes do Sistema de Cotas na UFPB**.Dissertação de mestrado profissional. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2017.

NAKAMURA, Paulo; CASTELO BRANCO, Uyguciara V; JEZINE, Edineide. Escala de avaliação da permanência do discente. João Pessoa, UFPB, 2016.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como políticas de ação afirmativas**. Tese de doutorado. Bahia, Universidade Federal da Bahia, 2009.

SANTOS, Jailson. **Políticas de acesso à educação superior e o perfil sócio econômico dos ingressos pelo SISU e políticas de cotas em cursos de alto e baixo prestígio social na UFPB**. Políticas de Acesso e Permanência à Educação Superior: os impactos do SISU e das políticas de cotas no contexto de inclusão na Universidade Federal da Paraíba. Relatório PIBIC/UFPB. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA. **Pró- Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante – Prape**. Disponível em: <http://www.ufpb.br/prape/> Acesso em: 08 de fev.2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA. **Pró- Reitoria de Pesquisa– Propesq.**
Disponível em: <http://www.propesq.ufpb.br/propesq/contents/menu/Documentos> Acesso
em: 08 de maio.2018.

CASTELO BRANCO, Uyguciara Veloso; NAKAMURA, Paulo Hideo; JEZINE, Edineide. Permanência na educação superior no Brasil: Construção de uma escala de medida. **Revista de la Asociación de Sociología de la Educación (RASE)** 2017, vol. 10, n.º 2.

XYPAS, Constantin. SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. **O sucesso escolar de alunos de origem popular sob o olhar da Teoria do Reconhecimento Social.** Ariús Revista de Ciências Humanas e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN. ISSN 0103- 9253 versão impressa – ISSN 2236- 7101 versão online.